

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

1 - INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do processo SEI! nº: 50008.001232/2025-40

2 - PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA

DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual - PCA 2026, conforme detalhamento a seguir ([art. 12, inciso VII](#) e [art. 18, caput](#), da [Lei nº 14.133 de 2021](#); [IN SEGES/ME nº 58, de 2022](#) e [Decreto nº 10.947/22](#)):

- ID PCA no PNCP: 04892707000100-0-000013/2026
- Data da publicação no PNCP: 30/04/2025;
- Id do item no PCA: 328;
- Classe/Grupo: 542; e
- Identificador da Futura Contratação: 393003-343/2026.

3 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

A BR-156/AP é uma rodovia federal de caráter longitudinal, integrante da malha rodoviária da Região Norte, com papel estratégico na integração do Estado do Amapá e na ligação entre o município de Laranjal do Jari e a fronteira com a Guiana Francesa. Trata-se da principal via terrestre de acesso à faixa de fronteira norte do país, de relevante importância socioeconômica, turística e de segurança nacional, por promover a conectividade com a cidade de Oiapoque e permitir o escoamento da produção regional, bem como o transporte de insumos e bens de consumo entre os polos urbanos e fronteiriços.

O segmento compreendido entre o km 749,30 e o km 802,40 apresenta 53,10 km de extensão em pista simples pavimentada e constitui o subtrecho final da rodovia em território nacional. O trecho vem apresentando manifestações patológicas típicas de desgaste do revestimento asfáltico, trincas interligadas, afundamentos e perda de aderência superficial, associadas ao regime pluviométrico intenso e à elevada umidade característica da região. Observa-se ainda a deterioração dos dispositivos de drenagem e acostamentos, erosões localizadas e danos em defensas metálicas, exigindo a execução de serviços corretivos e preventivos de conservação.

A ausência de cobertura contratual vigente e as condições de degradação verificadas em campo comprometem a trafegabilidade e a segurança dos usuários, demandando intervenção imediata. O trecho ficou sem contrato ativo após a não renovação da avença anterior, fato agravado pela suspensão de continuidade administrativa decorrente de ocorrências institucionais na Superintendência Regional, conforme relatado no Ofício nº 288269/2025/SRE-AP. Assim, a nova contratação se faz indispensável para assegurar a continuidade da política de manutenção e evitar prejuízos à malha federal sob jurisdição do DNIT.

A elaboração do presente Plano Anual de Trabalho e Orçamento (P.A.T.O.) fundamenta-se na Resolução nº 8/2023/DNIT, no Manual de Conservação Rodoviária (IPR-710) e nos parâmetros de desempenho e priorização estabelecidos pela Coordenação-Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária (CGMRR/DIR).

A contratação contribuirá diretamente para a manutenção da trafegabilidade e segurança viária, o escoamento da produção regional, a integração fronteiriça com a Guiana Francesa e o cumprimento dos objetivos estratégicos do DNIT.

Em razão do contexto apresentado, a execução dos serviços de manutenção (conservação e recuperação) no segmento km 749,30 ao km 802,40 é essencial para garantir a funcionalidade da rodovia, assegurar a segurança dos usuários e evitar a perda do investimento público já realizado na pavimentação do extremo norte do país.

4 - ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante: Coordenação-Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária - CGMRR/DIR.

Responsável: Bráulio Fernando Lucena Borba Júnior

5 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos básicos para viabilizar a pretensa contratação:

- Abertura de processo próprio para cada contratação de conservação rodoviária;
- Conclusão e encaminhamento do Plano de Trabalho (PATO), Orçamento completo, Quadro de Quantidades e Cronograma atualizado;
- Termo de Aprovação - PATO;
- Documento de Formalização da Demanda específico;
- Realização de Estudo Técnico Preliminar da contratação;
- Mapa de Riscos;
- Elaboração do Termo de Referência;
- Concordância e/ou aprovação do Termo de Referência;
- Indicação de Recursos Orçamentários;
- Elaboração de minuta do edital (em conformidade com normativos e/ou padrões vigentes, se e onde cabível);
- Análise jurídica (com possíveis correções/complementações);
- Definição do pregoeiro;
- Elaboração e divulgação do Edital;
- Condução do certame licitatório em fase externa;
- Publicação dos atos no sítio eletrônico do DNIT;
- Adjudicação e Homologação do certame;
- Encaminhamento para contrato;
- Fiscalização concomitante com execução dos serviços.

6 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

O orçamento referencial foi elaborado de acordo com as Tabelas SICRO, SINAPI (preços não constantes do SICRO), ANP (materiais betuminosos). Para alguns materiais (areia, brita, pedra de mão e pó de pedra) foram considerados os preços cotados no comércio local. Foram elaborados orçamentos nas condições de recolhimento de tributos onerada e desonerada, conforme orientação contida na [Instrução Normativa Nº 62/DNIT Sede, de 17 de setembro de 2021](#) (SEI! nº 9245343) e em conformidade com o art. 7º da Lei nº 12.546/2011, dos quais adotou-se o menor orçamento, garantindo assim maior economicidade à Administração Pública.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Os serviços necessários para atingir a solução desejada (a manutenção da malha viária) serão realizados por demanda de acordo com:

- Manual de Conservação Rodoviária do IPR, disponível no endereço http://ipr.dnit.gov.br/normas-e-manuais/manuais/documentos/710_manual_de_conservacao_rodoviaria.pdf
- Resolução nº 08, de 6 de novembro de 2023 – Estabelece a rotina de procedimentos relativos à elaboração do Plano Anual de Trabalho e Orçamento – PATO e à execução, medição, fiscalização, prorrogação e adequação de contratos de PATO, disponível no endereço: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/central-de-conteudos/atos-normativos/tipo/resolucoes/resolucao-no-9-2023>

8 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A Contratação de empresa para Execução dos Serviços de Manutenção (Conservação/Recuperação) na BR-156/AP, referentes ao Plano Anual de Trabalho e Orçamento - P.A.T.O. - Segmento: KM 749,30 ao KM 802,40, na forma do Plano Anual de Trabalho e Orçamento - PATO:

Jurisdição: Superintendência Regional do DNIT no estado do Amapá - SRE/AP;

Os serviços necessários para atingir a solução desejada (a manutenção da malha viária) serão realizados por demanda de acordo com:

- Manual de Conservação Rodoviária do IPR, disponível no endereço http://ipr.dnit.gov.br/normas-e-manuais/manuais/documentos/710_manual_de_conservacao_rodoviaria.pdf
- Resolução nº 08, de 6 de novembro de 2023 – Estabelece a rotina de procedimentos relativos à elaboração do Plano Anual de Trabalho e Orçamento – PATO e à execução, medição, fiscalização, prorrogação e adequação de contratos de PATO, disponível no endereço: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/central-de-conteudos/atos-normativos/tipo/resolucoes/resolucao-no-9-2023>

RESUMO DO ORÇAMENTO					
ITEM	SERVIÇOS	PREÇO S/DESONERAÇÃO		PREÇO C/DESONERAÇÃO	
1.0	CONSERVAÇÃO RODOVIÁRIA	R\$	40.156.665,83	R\$	41.779.364,68
2.0	DEMAIS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO - DSM	R\$	7.091.807,83	R\$	7.323.280,75
3.0	SINALIZAÇÃO DE OBRAS	R\$	215.405,61	R\$	212.447,87
4.0	SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO.	R\$	4.166.167,33	R\$	4.224.195,09
	VALOR TOTAL DA OBRA	R\$	51.630.046,60	R\$	53.539.288,39
	CUSTO KM/ANO	R\$	972.317,26	R\$	1.008.272,85
					S/DES

- Regime de Contratação: Empreitada por Preço Unitário;
- Modalidade de Contratação: Pregão;
- Critério de julgamento: Menor Preço;
- Forma de Execução da Licitação: Eletrônica;
- Modo de Disputa: Aberto e Fechado; e
- Código de Serviço de Engenharia: Conservação / Manutenção / Restauração de rodovia - Código 22896.

Os quantitativos completos se encontram no Plano Anual de Trabalho, que compõe o presente processo de contratação.

Prazos:

- Prazo de execução (obras): 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias consecutivos, marco inicial da contagem da execução a partir da “Ordem de Início de Serviço”.
- Prazo de vigência: 545 (quinhentos e quarenta e cinco) dias consecutivos, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima de 10 (dez) anos, na forma dos [artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9 - ESTIMATIVA DO VALOR DE CONTRATAÇÃO

O orçamento possui data-base de julho/2025 e está estimado em **R\$ 51.630.046,60 (cinquenta e um milhões, seiscentos e trinta mil quarenta e seis reais e sessenta centavos)**.

10 - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Optou-se pela não divisão do objeto em lotes, uma vez que o segmento da BR-156/AP, compreendido entre o km 749,30 e o km 802,40, com extensão de aproximadamente 53 km, apresenta características homogêneas de traçado, pavimento e regime de tráfego, bem como continuidade funcional e operacional, constituindo o trecho final

A Resolução nº 8/2023/DNIT estabelece como referência técnica o porte médio de cerca de 100 km por contrato PATO, parâmetro plenamente atendido pelo presente segmento. O parcelamento artificial acarretaria aumento de custos indiretos (mobilização, canteiros e administração local), além de dificultar a fiscalização e a padronização dos níveis de desempenho exigidos.

Trata-se de serviços de natureza contínua e interdependente — conservação rotineira, preventiva, corretiva e intervenções funcionais — que devem ser executados de forma uniforme para garantir trafegabilidade, segurança e durabilidade da plataforma. A execução por um único contrato assegura economicidade, eficiência administrativa e coerência técnica, em conformidade com os princípios do art. 11 da Lei nº 14.133/2021, do Manual de Conservação Rodoviária (IPR-710) e da própria Resolução nº 8/2023/DNIT.

11 - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação está plenamente alinhada à Missão institucional do DNIT, que consiste em implementar a política de infraestrutura de transportes, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país. Ao garantir a manutenção/conservação da BR-156/AP, o contrato promove a continuidade dos serviços públicos essenciais de transporte, assegurando a trafegabilidade com segurança viária aos usuários em uma das principais rotas de integração territorial e fronteira do Estado do Amapá.

Sob a ótica da Visão organizacional, que busca consolidar o DNIT como referência de competência técnica e institucional em infraestrutura de transportes, a contratação reforça o compromisso com padrões de excelência na manutenção do ativo e a regular execução dos serviços de conservação rodoviária, baseados em metodologias normatizadas (Resolução nº 8/2023 e Manual de Conservação IPR-710). O PATO foi elaborado conforme critérios técnicos padronizados, garantindo transparência, rastreabilidade e qualidade na aplicação dos recursos públicos.

A contratação também contribui diretamente para os objetivos estratégicos de “Resultados e entregas para a Sociedade”, especialmente nas dimensões de Satisfação aos Usuário, Segurança e Qualidade, ao elevar o nível de serviço da rodovia, reduzir riscos de acidentes e assegurar a manutenção das condições operacionais da via, além da proteção do patrimônio público. Assim, reforça o compromisso institucional com a eficiência do transporte rodoviário federal e com a melhoria da mobilidade e integração regional.

Por fim, o processo segue as diretrizes de Governança e Integração previstas no Mapa Estratégico 2023–2027, ao adotar práticas de planejamento técnico integrado, gestão eficiente dos contratos e sustentabilidade econômico-ambiental. A execução do contrato contribui para a consolidação da governança pública no setor rodoviário, fortalecendo o controle, a transparência e a efetividade das ações de manutenção, em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021 e das boas práticas de gestão pública preconizadas pelo DNIT.

Nesse sentido, considerando a missão institucional deste Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT de implementar a política de infraestrutura de transportes contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país e, dentre os objetivos estratégicos correlatos à Diretoria de Infraestrutura Rodoviária - DIR, o de "Assegurar a manutenção das vias de transporte" definido no Mapa Estratégico detalhado a seguir:



- **Resultados para a sociedade (Segurança e satisfação do Usuário):** Recuperar o nível de serviço das vias de transporte;
- **Integração (Informação e comunicação):** Assegurar a disponibilidade, a qualidade e a integração das informações, visando à transparência;
- **Governança (Contratações):** Assegurar a efetividade das contratações e fiscalizações.

Diante do exposto, resta evidenciada a necessidade da contratação, e o grau de sua relevância nos seguintes aspectos:

- **Assegurar a manutenção das vias de transporte:** Assegurar a manutenção das vias de transporte por meio de programas de manutenção estruturados que garantam a funcionalidade e qualidade a longo prazo nas rodovias federais para proporcionar a redução do tempo de viagem e do custo logístico, aumentando a segurança, conforto, a fluidez e confiabilidade dos serviços.

A presente contratação está prevista no Plano Plurianual - PPA 2024-2027, ([Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024](#)), tendo adequação orçamentária e financeira com o Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA/2025 (PLN 26/2024), bem como possui compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO (Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024). A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Serviços de supervisão da execução das obras de manutenção/conservação/restauração rodoviária, sob a jurisdição da Superintendência Regional do DNIT no estado do Amapá - SRE/AP.

13 - BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS PELA CONTRATAÇÃO

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS

Garantir a vida útil das rodovias, otimizando os investimentos, evitando a necessidade precoce de intervenções de maior monta, como a restauração rodoviária, ou mesmo retardando a sua execução ainda que a vida útil do segmento esteja comprometida (considerando as restrições orçamentárias atualmente imputadas à Superintendência Regional e o gerenciamento de decisões acerca de intervenções de maior robustez pelo DNIT /Sede-DF), com efeito direto na preservação ambiental, pois, desta forma, minimiza-se a utilização de recursos naturais e os impactos ambientais decorrentes da sua exploração.

Quanto aos aspectos econômicos, a devida conservação/manutenção da rodovia tem reflexo direto na proteção do patrimônio público em função das intempéries, redução dos custos de transportes dos usuários, gerando assim um benefício econômico e social, dada a redução dos custos de produtos de mercadorias e serviços aos usuários.

Espera-se também o ganho ambiental advindo da redução da queima de combustível e consequente emissão de poluentes.

No que tange aos recursos humanos, o DNIT não tem condições operacionais e recursos humanos disponíveis em seu quadro para a execução dos serviços ora em análise, o que justifica a necessidade da contratação.

O aproveitamento dos recursos humanos está garantido por meio do sistema de custos SICRO que estabelece de forma sistemática a produtividade de cada equipe para cada serviço contratado.

14 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

Caberá ao DNIT a nomeação de fiscais para executarem a fiscalização do contrato.

A fiscalização técnica dos serviços estabelecidos será efetuada por servidor designado da Superintendência Regional do DNIT no estado do Amapá (AP), sendo a ele incumbida a tarefa de verificar a efetividade do serviço executado.

Os critérios e procedimentos técnico-administrativos padrão, no âmbito da Gestão, Acompanhamento e Fiscalização do Contrato se darão em conformidade com o [Manual de Diretrizes para Gestão, Acompanhamento e Fiscalização de Contratos no âmbito do DNIT](#), estabelecido pela [Resolução Nº 20, de 30 de dezembro de 2020](#) (SEI! nº 7244588).

Essa fiscalização também se pautará nas definições do Plano de Trabalho de Referência e no atendimento dos padrões de desempenho estabelecidos nos normativos do DNIT.

15 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL

A empresa vencedora deverá observar o previsto na [Instrução Normativa Nº 61/DNIT Sede, de 17 de setembro de 2021](#) (SEI! nº 9244340), que trata da Responsabilidade Ambiental das Contratadas - RAC.

A contratada deverá utilizar na execução dos serviços as boas práticas de sustentabilidade atendendo aos seguintes critérios:

- No âmbito do licenciamento ambiental, a Lei Complementar nº 140/2011 e o Decreto nº 8.437/2015 dispõem que o Órgão Ambiental Competente expedirá as licenças “prévia”, de “instalação” e de “operação” do empreendimento;
- Ficará a cargo da contratada, a obtenção das licenças de jazidas e das áreas de apoio;
- Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações da ANVISA; e
- Além disso, a futura empresa contratada deverá utilizar na execução da obra as boas práticas de sustentabilidade ambiental, respeitando-se os critérios indicados abaixo:
 1. Adoção de práticas que evitem desperdícios de água potável;
 2. Implementação de um programa de treinamento de seus empregados visando o uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos;
 3. Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços. Especificamente para papéis e latas de alumínio deve-se contatar as Associações e/ou Cooperativas locais de catadores de materiais recicláveis;
 4. Práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilização de fonte ecológica recomendada pela Advocacia-Geral de União, disponível no endereço eletrônico: www.agu.gov.br/econfont;
 5. Adoção de uso de papel não clorado, preferencialmente, na impressão de documentos e relatórios;
 6. Adoção de práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos;
 7. Adoção de prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA Nº 257/1999;
 8. Atendimento aos padrões indicados pela Resolução CONAMA Nº 20/1994 quando da aquisição e utilização de equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento;
 9. Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais - EPIs necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares, etc., fiscalizando e zelando para que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas;
 10. Consideração nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação empresas que tenham certificação ambiental;
 11. Estímulo à troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais;
 12. Atendimento às Instruções Normativas do DNIT, principalmente a [Instrução Normativa Nº 61/DNIT Sede, de 17 de setembro de 2021](#) (SEI! nº 9244340) que trata da Responsabilidade Ambiental das Contratadas - RAC; e
 13. Atendimento aos Normativos vigentes do DNIT.

16 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

Esta equipe de planejamento declara **VIÁVEL** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, disposto em consonância com a [Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022](#).

Justificativa da Viabilidade

Considerando que o DNIT não possui estrutura física, material e humana necessária para realizar a execução do empreendimento;

Considerando que a conclusão do empreendimento é de suma importância para fomentar e a retomada da economia planejada pelo Governo Federal, principalmente, tendo em vista que o DNIT é um dos pilares executor e fomentador da Infraestrutura de Transportes, sendo a mesma relacionada a melhorias na mobilidade urbana e à segurança viária;

Considerando a missão institucional do DNIT e obrigação legal de manutenção de toda a malha rodoviária federal; e

Por fim, considerando que existe viabilidade financeira, uma vez que estão garantidos na LOA/2026 os recursos necessários.

Assim, diante do exposto acima, entendemos ser **VIÁVEL** a contratação da solução demandada.

17 - RESPONSÁVEIS

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Brasília, na data de assinatura do documento.

(documento datado e assinado eletronicamente)

JOSÉ ABNER DE OLIVEIRA FILHO

Coordenador de Programação e Serviços - Substituto
CODEP/CGMRR/DIR

AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA

Brasília, na data de assinatura do documento.

(documento datado e assinado eletronicamente)

BRÁULIO FERNANDO LUCENA BORBA JÚNIOR

Coordenador-Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária
CGMRR/DIR



Documento assinado eletronicamente por **José Abner de Oliveira Filho, Coordenador de Programação e Serviços-Substituto(a)**, em 20/03/2026, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Braulio Fernando Lucena Borba Junior, Coordenador-Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária**, em 20/03/2026, às 18:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **24153339** e o código CRC **78A3C793**.

Referência: Processo nº 50008.001232/2025-40

SEI nº 24153339

DNIT
DEPARTAMENTO
NACIONAL DE
INFRAESTRUTURA
DE TRANSPORTES

MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO